

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Nº 021/2025

CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE EVENTOS (BUFFET, SONORIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE LOCAL APROPRIADO, INCLUINDO TODA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA) E DE SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, PARA ATENDER À SOLENIDADE “CIDADÃO HONORÁRIO E HONRA AO MÉRITO”

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R\$ 62.630,90

DATA DA SESSÃO
19/11/2025 (QUARTA-FEIRA)

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
DAS 09:00H ATÉ 15:00H

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR LOTE

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 021/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. CMC-PAC-2025/00029

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

A Câmara Municipal de Congonhas, inscrita no CNPJ sob o nº 21.300.413/0001-61, com sede à Rua Doutor Pacífico Homem Júnior, 82, Centro, Congonhas/MG, por intermédio do Agente de Contratação nomeado pela Portaria CMC/020/2025, torna público que realizará Dispensa Eletrônica com Disputa de Lances, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos do Artigo nº 75, inciso II, da Lei 14.133/2021 e as exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

PERÍODO PARA CREDENCIAMENTO E LANÇAMENTO DA PROPOSTA ESCRITA	INÍCIO 12/11/2025 às 00h
	FIM 19/11/2025 às 08:30h
SESSÃO PÚBLICA (FASE DE LANCES)	DATA 19/11/2025
	HORÁRIO Das 09:00h às 15:00h
LINK - PORTAL DE COMPRAS	https://congonhas-cm-scp.sigmix.net/compraseditais/
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	menor preço por lote

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e estruturação de eventos (buffet, sonorização e fornecimento de local apropriado, incluindo toda mão de obra necessária) e de serviços de ornamentação, conforme especificações, para atender à solenidade “Cidadão Honorário e Honra ao Mérito” promovida pela Câmara Municipal de Congonhas, por dispensa eletrônica com disputa de lances, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Portal de Compras da Câmara Municipal de

Congonhas, disponível no endereço eletrônico: <https://congonhas-cm-scp.sigmix.net/compraseditais/>.

2.1.1.1. O [Portal de Compras da Câmara Municipal de Congonhas](#) deverá ser acessado pela web.

2.1.1.2. A solicitação de acesso deverá ser realizada até o horário limite de expediente da Câmara Municipal do último dia útil anterior à data da sessão, devendo ocorrer:

2.1.1.2.1. através do link "*Solicitar acesso licitação eletrônica*" no [Portal de Compras da Câmara Municipal de Congonhas](#), informando os dados obrigatórios e anexando o Contrato Social ou Procuração que conste o nome do responsável;

2.1.1.3. Após análise do setor responsável, o fornecedor receberá, através do e-mail cadastrado, suas credenciais de acesso ao Portal de Compras (Chave de Identificação e Senha).

2.1.2. O procedimento será divulgado no site oficial da [Câmara Municipal de Congonhas](#) (www.congonhas.mg.leg.br), no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#) e no [Portal de Compras da Câmara Municipal de Congonhas](#).

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.1.3.1. A Câmara Municipal de Congonhas recomenda a alteração das credenciais enviadas quando do 1º (primeiro) acesso ao Portal de Compras.

2.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo que na ausência de empresa nestas condições será aceita a participação de qualquer empresa, observado as normas contidas neste Aviso de Contratação Direta.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.4.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto [no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#).

2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do [Portal de Compras da Câmara Municipal de Congonhas](#), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos neste Aviso.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
 - 3.4.1. A proposta deverá compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá assinalar se há cumprimento dos requisitos para a habilitação e se há conformidade de sua proposta com as exigências do edital, além de anexar a proposta devidamente digitalizada e assinada (ANEXO II).
- 3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, encaminhar, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:
 - 3.10.1.que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.10.2.que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, e que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.10.3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber;

3.10.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.11. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA FASE DE LANCES (SESSÃO PÚBLICA)

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global** do lote.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, conforme disposto no art. 113 do Decreto Municipal nº 7.963/2024;

5.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e

instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão verificados somente do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos documentos por ele anexados no [Portal de Compras](#), incluindo a documentação especificada no item 3.10 deste Aviso.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente a documentação exigida para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 2 (dois) dias, sob pena de inabilitação.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Poderá a Câmara Municipal de Congonhas revogar o presente Aviso de Contratação Direta, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

9.2. A Câmara Municipal de Congonhas deverá anular o presente Aviso de Contratação Direta, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

9.2.1. A anulação não gera direito à indenização.

9.3. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal de Congonhas.

9.4. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.4.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.4.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.4.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.4.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.5. As providências dos subitens 9.4.1 e 9.4.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.6. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.7. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.9. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.10. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.12. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.13. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.14. Da sessão pública será divulgada Ata no [Portal de Compras](#) e no site oficial da [Câmara Municipal de Congonhas](#).

9.15. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.15.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

9.15.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

9.15.3. ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO;

9.15.4. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO;

9.15.5. ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA;

9.15.6. ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;

9.15.7. ANEXO VII - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO.

Congonhas, 11 de novembro de 2025.

Lucas Felipe Santos Maia

Agente de Contratação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Órgão Requisitante: Câmara Municipal de Congonhas

1.2. Unidade Responsável: Comissão de Solenidades

1.3. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e estruturação de eventos (buffet, sonorização e fornecimento de local apropriado, incluindo toda mão de obra necessária) e de serviços de ornamentação, conforme especificações, para atender à solenidade “Cidadão Honorário e Honra ao Mérito” promovida pela Câmara Municipal de Congonhas

1.4. Modalidade: Contratação direta por dispensa de licitação com disputa de lances, conforme art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

1.5. Processo Administrativo nº: CMC-PAC-00028

1.6. Data prevista para o Evento: 12 de dezembro de 2025, às 19h (podendo ser reagendada conforme necessidade da administração), sendo que a recepção iniciará às 22h.

1.7. Justificativa para Adoção do Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote

A adoção do critério de julgamento “**Menor Preço por Lote**” mostra-se a mais adequada ao objeto da presente contratação, considerando as especificidades técnicas e operacionais dos serviços a serem prestados, divididos em dois conjuntos distintos, porém complementares — **Lote 1: Serviços de Buffet, Estrutura e Sonorização**, e **Lote 2: Serviços de Ornamentação**.

Cada lote reúne serviços de natureza correlata e interdependente, cuja execução integrada por uma única empresa dentro de cada lote é indispensável para garantir a uniformidade da qualidade, a padronização estética do evento e a adequada coordenação logística das etapas de montagem, execução e desmontagem.

A utilização do critério “**Menor Preço por Item**” não seria recomendável, pois poderia resultar em fragmentação de responsabilidades entre diferentes fornecedores, o que comprometeria a harmonia visual do ambiente, a sincronia operacional e a eficiência na execução do evento, que depende de gestão centralizada de prazos, pessoal, transporte e equipamentos.

Ao adotar o “**Menor Preço por Lote**”, a Administração garante:

- A coerência técnica e estética entre os serviços prestados dentro de cada grupo (buffet e ornamentação);
- A responsabilidade única da contratada pela execução integral do conjunto de atividades de cada lote;
- A simplificação da fiscalização e gestão contratual, com menor risco de divergências ou incompatibilidades entre fornecedores;

- A observância dos princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, conforme os arts. 5º e 33 da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, o critério “Menor Preço por Lote” é o mais adequado para a presente contratação, por assegurar o equilíbrio entre custo, qualidade e operacionalidade, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades da Câmara Municipal de Congonhas na realização da solenidade “Cidadão Honorário e Honra ao Mérito”.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como finalidade a prestação de serviços especializados para organização e estruturação de eventos, abrangendo buffet (incluindo coquetel, jantar e bebidas), serviços de sonorização, fornecimento de local apropriado, abrangendo toda mão de obra necessária, e de serviço de ornamentação com flores naturais em arranjos montados em colunas de vidro ou tulipas, conforme especificações técnicas. O objetivo é atender à solenidade “Cidadão Honorário e Honra ao Mérito”, promovida pela Câmara Municipal de Congonhas.

O evento consiste em sessão solene de entrega de honrarias a cidadãos que se destacam em suas contribuições à comunidade, sendo de caráter oficial do Legislativo Municipal, seguida de recepção aos convidados e servidores.

Considerando a complexidade do evento e a inexistência de pessoal técnico no quadro funcional da Câmara Municipal para atender às demandas relacionadas à organização, produção e execução integral dos serviços necessários, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada, capaz de fornecer a estrutura completa e o suporte profissional exigido.

A contratação será realizada por dispensa eletrônica com disputa de lances, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, garantindo a observância dos princípios da eficiência, economicidade, isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns e podem ser contratados mediante dispensa de licitação, dada a sua natureza técnica e especializada, voltada à realização de evento oficial.

3. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e estruturação de eventos (buffet, sonorização e local apropriado, incluindo toda mão de obra necessária) e de serviços de ornamentação, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, para atender à solenidade “Cidadão Honorário e Honra ao Mérito” promovida pela Câmara Municipal de Congonhas.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

4.1. LOTE 1: SERVIÇOS DE BUFFET, APOIO À ORGANIZAÇÃO DO EVENTO E ESTRUTURA DE EVENTO

- Fornecimento de alimentos e bebidas (coquetel, lanche ou jantar);
- Disponibilização de equipe de apoio (cozinheiros, garçons, etc.);
- Utensílios e materiais necessários ao serviço;

- Transporte e montagem da estrutura de atendimento no local do evento;
- Planejamento, logística e suporte técnico-operacional durante a cerimônia;
- Profissionais capacitados para auxiliar no dia do evento;
- Fornecimento de música ambiente e disponibilização de espaço externo, quando previsto, para realização do evento.

ITEM	QUANT.	UNID.	Descrição
01	250	Valor por Pessoa	<p>SERVIÇO DE BUFFET COMPLETO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Buffet completo com todos os utensílios, materiais, vasilhames, equipamentos (26 mesas, 260 cadeiras com capas, toalhas, pratos, talheres, guardanapos e afins). A cor das capas e toalhas serão definidas pela administração da Câmara. • Fornecimento de 4 seguranças; • Fornecimento de 9 garçons; • Fornecimento de equipe de cozinha; • Fornecimento de 2 Barman <p>Obs.: os colaboradores deverão estar vestidos adequadamente para a ocasião (uniformizados).</p> <ul style="list-style-type: none"> • BUFFET DE ALIMENTAÇÃO: Os serviços de Buffet consistem na preparação e o fornecimento dos diversos gêneros alimentícios prevendo os serviços de profissionais qualificados para servir, os materiais como: pratos, talheres, copos, toalhas de mesa, richout e a preparação do cardápio conforme solicitado e afins. <p>Entrada: Salgados</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10 (dez) salgados por pessoa (salgado pequeno de aproximadamente 30g, servidos em bandejas pelos garçons); • Os salgados deverão ser fritos na hora e os assados deverão ser servidos quentes; • Salgados divididos igualitariamente <p><u>Salgados Fritos:</u> Coxinha de frango, Risole de milho com catupiry, Casulo de queijo com ervas finas e Espetinho de Frango com Bacon</p> <p><u>Salgados Assados:</u> Empada de frango, Trouxinha folhada de bacon com abacaxi, Barquete com recheio de quatro queijos</p> <p>Jantar (Servido em 02 aparadores e os convidados irão até os mesmos para se servirem à vontade):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salada de folhas decoradas (Rúcula, agrião, alface americana, alface roxa, alface lisa), frutas (tomate cereja, morango, uva, manga, melão), mussarela. • Arroz branco, Rondelli ao molho branco, filé ao molho madeira, filé de frango grelhado <p>Sobremesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pudim de leite servidos individualmente; <p>Bebidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refrigerantes de primeira linha (tipo cola, guaraná e laranja), sucos naturais, servidos gelados e a vontade durante o evento;

			<ul style="list-style-type: none"> • Coquetéis de frutas servidos em copos decorados (sem álcool). • Gelo em cubos, Água Mineral sem gás à vontade. <p>Obs: Todas as bebidas deverão ser servidas geladas e deverão ser servidas durante toda a duração da recepção.</p>
02	01	SV	Música ambiente compatível com a solenidade com a presença de operador de som (DJ); duração máxima de 04 (quatro) horas, incluindo direitos autorais, equipamento de som, iluminação.
03	01	SV	Fornecimento de local apropriado coberto e cortinado quando necessário, dentro do município de Congonhas-MG, com capacidade para 250 (duzentos e cinquenta) convidados sentados. O local deverá ter todas as autorizações legais para funcionamento e realização de eventos do porte do contratado. É condição para assinatura do contrato, a apresentação do contrato de locação ou título de posse ou propriedade do imóvel onde será realizado o evento.

4.1.1. Serviços a serem prestados:

4.1.1.1. Fornecimento de todos os utensílios necessários para execução do serviço: guardanapos, taças (em vidro), jarras, bandejas e demais itens pertinentes ao serviço de buffet.

4.1.1.2. A Contratada responsável pelo serviço de buffet será responsável pelo fornecimento de louças diversas (bandejas, pratos de louça), copos específicos de vidro (tipo taça), talheres, guardanapos, garçons, pessoal de apoio e transporte, necessários para atender o evento, não sendo admitido a utilização de materiais descartáveis.

4.1.1.3. A contratada deverá fornecer quantitativos de profissionais na cozinha e garçons suficientes para atender as 250 pessoas que participarão do evento.

4.1.1.4. A organização e limpeza da cozinha fica na responsabilidade da contratada.

4.1.1.5. Os serviços contratados deverão ser prestados de acordo com a orientação da Contratante.

4.1.1.6. Os serviços deverão obedecer aos cardápios pré-estabelecidos neste instrumento, e primar pela qualidade dos produtos, respeitando as determinações de higiene estabelecidas pela Vigilância Sanitária, Anvisa e demais órgãos afins.

4.1.1.7. A contratada deverá fornecer, transportar e entregar os alimentos e as bebidas que serão servidas no evento, bem como todo os materiais e utensílios necessários a prestação de serviços de coquetel volante, em quantidade adequada de produtos, de acordo com o número de participantes da solenidade.

4.1.1.8. A limpeza e conservação da área onde serão servidas as refeições do evento realizado, ficará a cargo da Contratada, assim como a limpeza e conservação dos materiais de sua propriedade, tais como: panelas, recipientes, vasilhames, vasilhas, talheres, copos e outros.

4.1.1.9. A empresa contratada deverá disponibilizar de garçons suficientes para atender 250 pessoas, devidamente trajados para atender ao evento a ser realizado.

4.1.1.10. O fornecimento dos produtos e das ferramentas necessários para a limpeza do espaço e utensílios é de responsabilidade da contratada.

4.1.1.11. A quantidade de alimentos a ser servido por pessoa, deverá estar adequada, nem excessiva nem tampouco denotar escassez em relação ao número de convidados, para os serviços de buffet, sobretudo para os que forem servidos por último.

4.1.1.12. O transporte das matérias-primas, insumos e produtos semielaborados deverá ser realizado em veículo apropriado, devidamente higienizado e climatizado. Os gêneros alimentícios, dependendo da sua natureza, deverão ser acondicionados em recipientes térmicos hermeticamente fechados.

4.1.1.13. É de responsabilidade da CONTRATADA o transporte dos funcionários que irão trabalhar no evento, alimentos, bebidas, e ferramentas necessárias para a execução do serviço, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto do transporte.

4.1.1.14. As despesas com seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega dos produtos e dos equipamentos correrão por conta da empresa CONTRATADA.

4.1.1.15. Os alimentos preparados deverão obedecer, em todas as fases, as técnicas corretas de culinárias, ser saudáveis e adequadamente temperados, respeitando as características próprias de cada ingrediente, assim como os diferentes fatores de modificação, físico, químico e biológico, no sentido de assegurar a preservação dos nutrientes.

4.1.1.16. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos frescos, dentro dos padrões de higiene, acondicionados em embalagens apropriadas, atendendo às normas da vigilância sanitária, tanto quanto a fabricação, transporte, qualidade dos produtos, temperatura na entrega, de forma que cheguem ao destino em perfeitas condições de consumo, estando os itens servidos dentro da data de validade para consumo e com rígido controle sobre a procedência, respeitando as normas da ANVISA.

4.1.1.17. Os alimentos deverão ser preparados utilizando-se matéria-prima e insumos de primeira qualidade.

4.1.1.18. A CONTRATADA é responsável por substituir as expensas próprias, no total ou parte, o fornecimento de alimentos, caso apresentem-se insalubres, com vestígios de deterioração ou em desacordo com o solicitado pela Câmara Municipal de Congonhas.

4.1.1.19. A CONTRATADA deverá ser especializada em preparação, fornecimento e atendimento de serviço de buffet, devidamente autorizada, credenciada e licenciada pelo poder público para o exercício de atividade.

4.1.1.20. Os alimentos devem estar harmoniosamente dispostos nas travessas e bandejas, inclusive no que se refere à distribuição de cores, com originalidade na decoração dos pratos, sem exageros.

4.1.1.21. Os serviços de decoração (se necessário) e toda e estrutura do evento deverá ficar pronto até 2h antes de iniciar o evento.

4.1.1.22. A duração do evento será de até 04 horas.

4.1.1.23. A contratada deverá se responsabilizar por todo o ferramental, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução do contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.1.1.24. As ferramentas e equipamentos serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA.

4.1.1.25. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente a contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

4.1.1.26. Caberá à CONTRATADA alocar mão-de-obra própria, arcando com salários, EPIs e encargos para a execução de todo o serviço contratado.

4.1.1.27. A equipe de pessoal da CONTRATADA, responsável pela execução do serviço, deverá ser qualificada, treinada e estar devidamente uniformizada.

4.1.1.28. Disponibilizar pessoal especializado e uniformizado, independentemente do número de participantes, para organização, montagem, manutenção e desmontagem do serviço.

4.1.1.29. Todas as despesas com transporte, manuseio, carregamento e descarregamento ocorrerão por conta da CONTRATADA.

4.1.1.30. A fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais e peças pelos fornecedores.

4.1.1.31. A contratada é responsável por toda limpeza e organização antes, durante e após o evento.

4.1.1.32. A CONTRATADA deverá executar por conta própria, e será de sua exclusiva responsabilidade, todos os serviços por ora contratados, fornecendo toda mão de obra, atendendo todas as normas de segurança e higiene, utilizando equipamentos em bom estado de conservação e licenciados pelos órgãos competentes e deverão seguir a legislação ambiental em vigor no município.

4.1.1.33. As despesas de salários, encargos previdenciários, seguro, transporte, indenizações de acidentes pessoais, equipamentos, limpeza, manutenção, licenças de responsabilidade técnica e locomoção da equipe contratada ocorrerão por conta e responsabilidade da CONTRATADA.

4.1.1.34. A CONTRATADA deverá prestar os serviços, obedecendo a quantidades e especificações requisitadas, e ainda efetuar as reposições que se fizerem necessárias para o bom atendimento.

4.1.1.35. Os salgados deverão ser fritos no local de realização de evento, devendo ser consultada, previamente, as condições do local.

4.1.1.36. O evento deverá ocorrer em espaço locado, que esteja no perímetro urbano da cidade de Congonhas/MG, para 250 pessoas. PARA A LOCAÇÃO DO ESPAÇO A CONTRATADA DEVERÁ COMUNICAR AO FISCAL DO CONTRATO PARA VERIFICAR SE HÁ ANUÊNCIA DO MESMO.

4.1.1.37. O espaço deverá contar com acessibilidade para locomoção de pessoas com deficiência e proximidade ao perímetro urbano facilitando o acesso aos convidados que irão participar do evento.

4.1.1.38. O ESPAÇO DEVERÁ CONTER:

a) O ambiente deverá ser climatizado naturalmente ou artificialmente e disponibilizar estrutura para os equipamentos de sonorização.

- b) Deverá disponibilizar banheiros para os participantes, com reposição de materiais de consumo como sabonetes, papel toalha e papel higiênico;
- c) A manutenção da limpeza do ambiente será de responsabilidade da contratada durante todo o período de realização do evento;
- d) Considerando questões de segurança quanto a realização do evento, extintores de incêndio com manutenção dentro da validade; saídas de emergência devidamente sinalizadas e em pleno funcionamento.
- e) Disponibilização de 04 (quatro) Seguranças devidamente uniformizados (terno preto);
- f) Música ambiente durante toda a realização do evento, incluindo todos os equipamentos de som e de iluminação necessários.
- g) A contratada deverá disponibilizar mesas para 10 pessoas e as cadeiras não poderão ser de material plástico durante o buffet.

4.1.1.39. Os equipamentos de som e iluminação deverão garantir a boa funcionalidade e qualidade durante a execução do contrato, devendo ser substituídos imediatamente em caso de defeito ou falha que impeça o bom funcionamento, para garantir a execução do contrato

4.2. LOTE 2 – SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO: decoração com flores naturais, em arranjos montados em colunas de vidro ou tulipas, para ambientação do espaço das cerimônias, conforme especificado a seguir:

Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade
4	Jardineira com 08 (oito) peças , contendo: 3½ (três e meia) dúzias de gérberas, 5 (cinco) florais, 5 (cinco) dúzias de rosas, 4 (quatro) molhos de áster e 4 (quatro) dúzias de boca de leão.	un	1
5	Arranjos para entrada do local da entrega dos Títulos e Diplomas e do salão de recepção , contendo em cada arranjo: 2 (duas) dúzias de gérberas, 2 (duas) dúzias de boca de leão, 3 (três) dúzias de rosas, áster, montados em colunas de vidro .	un	5
6	Arranjos para aparadores , contendo em cada: 2 (duas) dúzias de gérberas, 2 (duas) dúzias de boca de leão, 3 (três) dúzias de rosas, áster, montados em tulipas de vidro .	un	2
7	Arranjos baixos de mesa para convidados , contendo em cada: ½ (meia) dúzia de gérberas, 4 (quatro) rosas e áster branco e verde para composição.	un	26

4.2.1. Serviços a serem prestados

4.2.1.1. Planejamento da Decoração

- a) A Contratante apresentará à contratada, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a disposição dos arranjos e ambientação dos espaços, observando as especificações constantes deste Termo de Referência.
- b) Qualquer ajuste na composição, posicionamento ou quantidade dos arranjos deverá ser previamente autorizado pela equipe responsável da contratante.

4.2.1.2. Locais de Entrega e Montagem da Ornamentação

a) O fornecimento, montagem e ambientação da ornamentação deverão ocorrer nos seguintes endereços:

a.1) Câmara Municipal de Congonhas: Rua Doutor Pacífico Homem Júnior, nº 82, Centro;

a.2) Local da recepção que acontecerá após a sessão solene, cujo endereço será informado posteriormente pela contratante.

b) A contratada deverá garantir a logística necessária para atendimento simultâneo ou sequencial dos dois locais, conforme cronograma definido pela contratante.

4.2.1.3. Montagem e Ambientação do Espaço

a) A montagem dos arranjos deverá ocorrer no(s) local(is) do evento com antecedência mínima de 2 (duas) horas do início das cerimônias.

b) Os arranjos deverão ser instalados em colunas e tulipas de vidro, conforme descrito nos itens da planilha, de forma a harmonizar com o ambiente e garantir a segurança e estabilidade das peças.

c) Todo o processo de montagem deverá ser supervisionado por representante da contratada, garantindo o correto posicionamento e a estética dos elementos florais.

4.2.1.4. Composição Floral e Qualidade das Flores

a) As flores deverão ser naturais, frescas e de alta qualidade, livres de danos, pragas ou sinais de murcha.

b) A composição de cada arranjo deverá seguir rigorosamente as quantidades e espécies especificadas: gérberas, rosas, boca de leão e áster.

c) A contratada deverá assegurar uniformidade de tonalidades e harmonia visual entre todos os arranjos.

4.2.1.5. Transporte e Logística de Entrega

a) O transporte das flores, colunas, tulipas e demais materiais é de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser realizado em veículos adequados à preservação da integridade dos itens.

b) A contratada deverá garantir que todas as peças cheguem ao(s) local(is) devidamente protegidas, montadas ou em condições de rápida montagem.

4.2.1.6. Prazos e Horários de Execução

a) A entrega e instalação deverão ocorrer no dia e horário determinados pela contratante, conforme cronograma do evento.

b) A desmontagem e retirada dos materiais deverão ser realizadas após o término das atividades, conforme determinado pela contratante.

4.2.1.7. Responsabilidade da Contratada

a) Garantir a reposição imediata de qualquer flor ou arranjo danificado antes do evento.

b) Zelar pela conservação e integridade das colunas e tulipas de vidro utilizadas.

4.2.1.8. Aceitação e Recebimento do Serviço

- a) O recebimento do objeto será efetuado mediante verificação da conformidade dos arranjos com as especificações e da execução integral dos serviços dentro do prazo e condições estabelecidos.
- b) O representante designado pela contratante emitirá o atesto de execução, para fins de pagamento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

5.1. A contratada fica obrigada a manter a garantia dos produtos exigida no Termo por, durante a execução do contrato na data pré-estabelecida, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.

5.2. A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada imediatamente, contadas da comunicação realizada pela Contratante.

5.3. A execução dos serviços deverá ser realizada mediante requisição da contratante, por e-mail ou outro meio que se julgar apto, constando de relação dos serviços a serem prestados, imediatamente recebimento pela contratada da ordem de fornecimento de modo a garantir toda estrutura e organização do evento a ser realizado no dia 12 de dezembro de 2025.

5.4. O evento (LOTE 1) deverá ocorrer em espaço locado que esteja no perímetro urbano da cidade de Congonhas/MG para 250 (duzentas e cinquenta) pessoas e será realizado **no dia 12 de dezembro às 22h**.

5.5. Os serviços de decoração e toda estrutura de sonorização e iluminação deverá ficar pronto até 2h antes de iniciar o evento.

5.6. A contratada deverá fornecer todo mobiliário e itens necessários para ornamentação e decoração do evento.

5.7. Os itens contratados deverão ser entregues livres de vícios que prejudiquem o seu uso ou eficácia.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta contempla a prestação integrada de serviços especializados para a organização e estruturação da solenidade “Cidadão Honorário e Honra ao Mérito”, abrangendo os serviços de buffet, sonorização, fornecimento de local apropriado e ornamentação floral, de forma a garantir a execução completa, segura e de alto padrão estético do evento oficial da Câmara Municipal de Congonhas.

A contratação visa atender a todas as etapas do ciclo de vida do evento — planejamento, preparação, execução, acompanhamento e desmontagem — assegurando o cumprimento dos objetivos institucionais da solenidade e a adequada recepção das autoridades, homenageados e convidados.

No planejamento, consideram-se as especificações constantes deste Termo de Referência, o caráter solene da cerimônia e a necessidade de qualidade, conforto e harmonia visual do

ambiente. O evento, de natureza oficial, requer cuidados técnicos e artísticos compatíveis com sua relevância pública e simbólica.

Durante a execução, a empresa contratada deverá:

- a) Fornecer todos os materiais, insumos e equipamentos necessários à montagem do espaço, incluindo mesas, cadeiras, utensílios, louças e toalhas de boa qualidade;
- b) Disponibilizar equipe qualificada e uniformizada, composta por cozinheiros, garçons, auxiliares e demais profissionais de apoio;
- c) Assegurar o fornecimento e preparo dos alimentos e bebidas, observando as normas sanitárias, de higiene e segurança alimentar;
- d) Garantir o funcionamento pleno da estrutura de som, iluminação e climatização do local, de modo a oferecer conforto e boa ambientação;
- e) Executar a ornamentação com flores naturais nos ambientes da Câmara Municipal de Congonhas (Rua Doutor Pacífico Homem Júnior, nº 82, Centro) e no local da recepção, cujo endereço será informado posteriormente pela Contratante, conforme cronograma definido;
- f) Assegurar que a montagem da ornamentação ocorra com antecedência mínima de 2 (duas) horas do início da solenidade, em perfeita harmonia com o mobiliário e o espaço do evento.

A ornamentação deverá seguir o projeto floral definido, com arranjos montados em colunas e tulipas de vidro, de forma a valorizar o ambiente ceremonial e manter coerência estética entre os espaços. Todas as flores deverão ser naturais, frescas e de qualidade superior, montadas de maneira harmônica e segura.

A logística de transporte, montagem e desmontagem, bem como o recolhimento dos resíduos e a limpeza do espaço utilizado, serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, devendo esta adotar práticas sustentáveis sempre que possível, de forma a minimizar impactos ambientais.

Ao término do evento, a Contratada deverá realizar a desmontagem completa da estrutura e ornamentação, deixando os locais limpos e organizados, em perfeitas condições de uso. A fiscalização dos serviços será realizada por servidor designado pela Câmara Municipal, que verificará a conformidade da execução com as especificações técnicas antes do atesto e do pagamento.

Dessa forma, a solução proposta contempla, de forma completa e integrada, todos os aspectos técnicos, operacionais e estéticos necessários à realização da solenidade, garantindo qualidade, eficiência, economicidade e adequação ao interesse público, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A medição e o pagamento dos serviços ocorrerão em parcela única, após a execução completa do objeto contratado, mediante atesto do servidor fiscal designado pela Câmara Municipal de Congonhas.

7.2. O pagamento será condicionado à comprovação da prestação integral dos serviços, conforme as especificações contidas neste Termo de Referência, abrangendo:

- a)** Fornecimento e execução dos serviços de buffet, incluindo todos os alimentos, bebidas, utensílios, materiais e equipe de apoio;
- b)** Execução integral da ornamentação floral com flores naturais, conforme quantidades e composições previstas;
- c)** Entrega, montagem e desmontagem da estrutura, sonorização, iluminação e demais elementos necessários ao evento;
- d)** Observância dos prazos, locais e horários estabelecidos, bem como das condições sanitárias, estéticas e de qualidade exigidas.

7.3. O pagamento será realizado **em até 15 (quinze) dias úteis** após o atesto da execução e o recebimento da Nota Fiscal devidamente regular, desde que a Contratada mantenha todas as condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na legislação vigente.

7.4. O setor competente deverá verificar, previamente ao pagamento, se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos essenciais, tais como:

- a)** Prazo de validade e data de emissão;
- b)** Dados do contrato e do órgão contratante;
- c)** Período de prestação dos serviços;
- d)** Valor a pagar;
- e)** Destaque dos valores correspondentes às retenções tributárias cabíveis.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou pendência documental, o pagamento ficará sobreposto até a regularização da situação, sem que isso gere qualquer ônus adicional à Contratante. O prazo para pagamento será contado a partir da data da comprovação da regularização.

7.6. Será considerada como data do pagamento aquela em que constar a emissão da ordem bancária.

7.7. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, a empresa que possua servidor público da ativa do órgão contratante em seu quadro societário.

7.8. Havendo falhas na execução dos serviços ou descumprimento contratual, a Contratada poderá sofrer retenção de pagamento, aplicação de penalidades e demais medidas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência, até a devida correção das irregularidades.

8. LOCAL E DATA DE ENTREGA

8.1. O fornecimento e a execução dos serviços deverão ocorrer nos seguintes locais:

- a) Câmara Municipal de Congonhas**, situada na **Rua Doutor Pacífico Homem Júnior, nº 82, Bairro Centro**, onde será realizada a **sessão solene de entrega das honrarias**;
- b) Local da recepção**, a ser realizado **após a sessão solene**, cujo endereço será informado posteriormente pela Contratante, devendo a Contratada assegurar a logística necessária para o

atendimento simultâneo ou sequencial dos dois espaços, conforme cronograma definido pela fiscalização.

8.2. O evento está previsto para ocorrer no **dia 12 de dezembro de 2025**, com início da **sessão solene às 19 horas e recepção a partir das 22 horas**, podendo a data e/ou o horário ser reajustados pela Contratante, mediante aviso prévio e sem ônus adicional para a Administração.

8.3. A montagem de toda a estrutura, ornamentação e equipamentos de som e iluminação deverá estar concluída com antecedência mínima de 2 (duas) horas do início da solenidade, de modo a permitir a vistoria e validação pela fiscalização.

8.4. A desmontagem, retirada de materiais e limpeza final deverão ser realizadas após o término do evento, ficando sob responsabilidade exclusiva da Contratada a recomposição e higienização completa dos locais utilizados.

8.5. A Contratada deverá adotar todas as providências logísticas necessárias ao transporte de pessoal, equipamentos, mobiliário, insumos e ornamentação, garantindo pontualidade, segurança e integridade dos materiais até a entrega final do objeto, conforme definido neste Termo de Referência.

9. VALOR ESTIMADO

O valor estimado da contratação foi definido com base em pesquisa de preços realizada conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando a mediana de três orçamentos atualizados de fornecedores distintos, no valor de R\$ 53.980,00 (cinquenta e três mil, novecentos e oitenta reais) para os serviços constantes no LOTE 1 e o valor de R\$ 8.650,90 (oito mil seiscentos e cinquenta reais e noventa centavos) para os serviços constantes no LOTE 2.

10. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção será realizada por meio de **Dispensa Eletrônica com Disputa de Lances**, com ampla divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos meios oficiais da Câmara Municipal, conforme art. 75, § 3º e § 4º da Lei nº 14.133/2021, adotando o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Para fins de Habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos:

10.1. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

b) As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

- d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- g) CPF e RG do administrador.

10.2. DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Secretaria da Receita Federal.
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do trabalho.

ATENÇÃO:

1-Caso as certidões expedidas pela Fazendo Federal, Estadual e Municipal, sejam POSITIVAS, a Câmara Municipal de Congonhas/MG, reserva-se ao direito de só aceitá-las se as mesmas contiverem expressamente COM EFEITOS DE NEGATIVA, nos termos do art. 206 do CTB.

2- No caso em que a empresa participante seja considerada isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (APENAS PARA O LOTE 1)

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do interessado.
- b) Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o interessado apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com base nos parâmetros definidos a seguir, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços

provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, e inciso I, artigo 69 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

d) A comprovação da boa situação econômico-financeira da Credenciada será demonstrada com base nos seguintes parâmetros: de índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) maior ou igual do que 01 (um), segundo as formulas a seguir:

$$LG = (AC+RLP) / (PC+ELP)$$

$$LC = (AC/PC)$$

$$SG = (AT/PC+ELP)$$

ONDE:

AC = Ativo circulante

RLP = Realizável a longo prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a longo prazo

AT = Ativo Total (AC+RLP)

e) As proponentes que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão possuir capital social ou patrimônio líquido registrado e integralizado igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a presente contratação.

10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido (s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devendo comprovar aptidão para desempenho das atividades pertinentes e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado, com os itens pertinentes, onde se atesta que a empresa executou, de forma satisfatória, fornecimento de natureza semelhante, com complexidade operacional ao objeto desta licitação, bem como condizente;

b) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

c) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 06 (seis) meses do início de sua execução.

d) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se a CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinente.

e) O(s) atestado(s) apresentado pela licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e operacionais suficientes para qualificar o escopo realizado,

deverá conter dados que possibilitem o CONTRATANTE, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor.

10.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- a) Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- b) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- c) Declaração que a licitante está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste termo, e que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais.
- d) Declaração que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e) Declaração que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação na licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

10.6. A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, o pregoeiro considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias anteriores à data de recebimento das propostas;
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz. Exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado.

10.7. Na análise da habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

- a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal; (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ – Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

10.8. Após consulta acima, as empresas que possuírem restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, serão inabilitadas.

10.9. A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.10. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição da consulta da alínea “a” acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoresapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.11. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1 Executar os serviços conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

11.1.2 Prestar os serviços conforme especificações e preço registrados;

11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto;

11.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

11.1.5 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

11.1.6 Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo concedido no pedido, documentação referente às condições exigidas na licitação;

11.1.7 Participar imediatamente, por intermédio do Gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que inviabilize a execução deste Instrumento;

11.1.8 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.9 Participar ao Gestor do Contrato, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas em seus dados cadastrais, durante o prazo de vigência do Contrato, apresentando a documentação pertinente;

11.1.10 Efetuar o pagamento da multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas.

11.1.11 Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.

11.1.12 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.1.13 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

12.1. A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidor ou comissão designada formalmente pela Câmara Municipal de Congonhas, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar os prejuízos que causar a contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem, durante a execução do contrato na data pré-estabelecida, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis.

12.3. A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada imediatamente, contadas da comunicação realizada pela Contratante.

12.4. A execução dos serviços deverá ser realizada mediante requisição da contratante, por e-mail ou outro meio que se julgar apto, constando de relação dos serviços a serem prestados, de modo a garantir toda estrutura e organização do evento a ser realizado em data determinada e agendada no ano de 2025.

12.5. O fiscal do contrato será responsável por acompanhar a execução dos serviços, garantindo que a CONTRATADA cumpra todas as cláusulas pactuadas, especialmente quanto à qualidade dos alimentos e bebidas, à apresentação dos profissionais, à pontualidade e à correta utilização dos utensílios.

12.6. As atividades de fiscalização incluirão:

12.6.1. Verificação da presença da equipe CONTRATADA no horário estipulado;

12.6.2. Conferência da conformidade dos itens fornecidos (quantidade e qualidade dos salgados e bebidas);

12.6.3. Avaliação da higiene e apresentação dos alimentos;

12.6.4. Acompanhamento da prestação dos serviços durante todo o evento;

12.6.5. Registro de não conformidades e comunicação formal à CONTRATADA para correções imediatas, se necessário;

12.6.6. Elaboração de relatório de fiscalização e atesto da nota fiscal para fins de pagamento.

12.7. O fiscal também deverá observar e registrar quaisquer ocorrências que possam afetar a adequada execução do objeto, sendo responsável por informar à autoridade competente eventuais falhas ou descumprimentos contratuais.

12.8. O acompanhamento será realizado de forma presencial, durante toda a execução do serviço, e documentalmente ao final da contratação, mediante relatórios, checklists e o termo de recebimento do objeto.

12.9. A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas por servidor designado pela Câmara Municipal, que acompanhará a execução dos serviços e atestarão a conformidade da entrega.

12.10. O objeto deverá ser entregue rigorosamente segundo as especificações, e tipos indicados na respectiva proposta, salvo fato superveniente acatado pela Administração.

12.11. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal no 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.12. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, e considerando que a Câmara Municipal de Congonhas não poderá remarcar a data do evento, serão adotadas as medidas necessárias à realização do mesmo, no dia e hora já agendados.

12.13. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.14. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.15. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

12.16. A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento pela Administração não implicam sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.

12.17. A definição do horário para entrega dos serviços deverá ser previamente acordada com o fiscal do contrato, a fim de possibilitar a análise de conformidade com os termos deste instrumento.

12.18. Após a comprovação da efetiva entrega de todos itens definidos e especificados neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá encaminhar a respectiva Nota Fiscal.

12.19. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto.

12.20. O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela CONTRATANTE, devidamente assinado pelo fiscal do contrato, ou outra pessoa designada pelo setor competente.

12.21. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12.22. Nos casos de recusa dos serviços que não atendam às especificações, a CONTRATADA terá que providenciar a sua substituição em até 02 (DUAS) horas, contados a partir da comunicação, feita pelo fiscal do contrato, sob pena de ser considerada em atraso quanto à obrigação contratual.

12.23. O gestor de contrato é responsável por deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado, a serem executados pelo fiscal de contrato.

12.24. O gestor de contrato irá realizar o acompanhamento e a guarda do Registro de Ocorrências elaborado pelo fiscal de contrato e será responsável por comunicar a autoridade competente as

irregularidades cometidas pela CONTRATADA, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas.

12.25. O gestor de contrato deverá resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidoso não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado.

12.26. O gestor de contrato deverá notificar à CONTRATADA, estabelecendo prazo para o fiel cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto.

12.27. O gestor de contrato deverá enviar a documentação pertinente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

12.28. O fiscal de contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.29. O fiscal do contrato é responsável de informar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.30. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

12.31. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem os vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

12.32. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

12.33. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o ÓRGÃO CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do ÓRGÃO CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao resarcimento imediato ao ÓRGÃO CONTRATANTE dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

12.34. A FISCALIZAÇÃO ATUARÁ DURANTE A ORGANIZAÇÃO DO EVENTO EM CONJUNTO COM A CONTRATADA PARA VERIFICAR DECORAÇÃO, DISPOSIÇÃO DE MESAS, SOM, ILUMINAÇÃO, POSICIONAMENTO, E QUAISQUER OUTRAS ATIVIDADES

NECESSÁRIAS AO PERFEITO ATENDIMENTO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO SOLENE NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 13.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 13.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 13.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 13.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 13.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação conforme as hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Congonhas.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão:	001 – Câmara Municipal
Unidade Orçamentária:	001 – Gabinete e Secretaria da Câmara
Função:	01 – Legislativa
Subfunção:	031 – Ação Legislativa
Programa:	053– Ação legislativa
Projeto/Atividade:	4.006 – Homenagens a Vereadores, Servidores e Terceiros
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso:	100 – Recurso Ordinário

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Referência constitui documento essencial para a instrução do processo de contratação, conforme os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, em especial o planejamento da contratação e a descrição clara do objeto.

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 21/2025**

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

Objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e estruturação de eventos (buffet, sonorização e fornecimento de local apropriado, incluindo toda mão de obra necessária) e de serviços de ornamentação, conforme especificações, para atender à solenidade “Cidadão Honorário e Honra ao Mérito” promovida pela Câmara Municipal de Congonhas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

LOTE 1: SERVIÇOS DE BUFFET, APOIO À ORGANIZAÇÃO DO EVENTO E ESTRUTURA DE EVENTO

I T E M	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI- DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>SERVIÇO DE BUFFET COMPLETO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Buffet completo com todos os utensílios, materiais, vasilhames, equipamentos (26 mesas, 260 cadeiras com capas, toalhas, pratos, talheres, guardanapos e afins). A cor das capas e toalhas serão definidas pela administração da Câmara. • Fornecimento de 4 seguranças; • Fornecimento de 9 garçons; • Fornecimento de equipe de cozinha; • Fornecimento de 2 Barman <p>Obs.: os colaboradores deverão estar vestidos adequadamente para a ocasião (uniformizados).</p> <p>• BUFFET DE ALIMENTAÇÃO: Os serviços de Buffet consistem na preparação e o fornecimento dos diversos gêneros alimentícios prevendo os</p>	SV	250		

	<p>serviços de profissionais qualificados para servir, os materiais como: pratos, talheres, copos, toalhas de mesa, richout e a preparação do cardápio conforme solicitado e afins.</p> <p>Entrada: Salgados</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10 (dez) salgados por pessoa (salgado pequeno de aproximadamente 30g, servidos em bandejas pelos garçons); • Os salgados deverão ser fritos na hora e os assados deverão ser servidos quentes; • Salgados divididos igualitariamente <p><u>Salgados Fritos:</u> Coxinha de frango, Risole de milho com catupiry, Casulo de queijo com ervas finas e Espetinho de Frango com Bacon</p> <p><u>Salgados Assados:</u> Empada de frango, Trouxinha folhada de bacon com abacaxi, Barquete com recheio de quatro queijos</p> <p>Jantar (Servido em 02 aparadores e os convidados irão até os mesmos para se servirem à vontade):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salada de folhas decoradas (Rúcula, agrião, alface americana, alface roxa, alface lisa), frutas (tomate cereja, morango, uva, manga, melão), mussarela. • Arroz branco, Rondelli ao molho branco, filé ao molho madeira, filé de frango grelhado <p>Sobremesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pudim de leite servidos individualmente; <p>Bebidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refrigerantes de primeira linha (tipo cola, guaraná e laranja), sucos naturais, servidos gelados e à vontade durante o evento; • Coquetéis de frutas servidos em copos decorados (sem álcool). • Gelo em cubos, Água Mineral sem gás à vontade. <p>Obs: Todas as bebidas deverão ser servidas geladas e deverão ser servidas durante toda a duração da recepção.</p>			
2	Música ambiente compatível com a solenidade com a presença de operador de som (DJ); duração máxima de 04 (quatro) horas, incluindo direitos autorais, equipamento de som, iluminação.	SV	1	
3	Fornecimento de local apropriado coberto e cortinado quando necessário, dentro do município de Congonhas-MG, com capacidade para 250 (duzentos e cinquenta) convidados sentados. O local deverá ter todas as autorizações legais para funcionamento e realização de eventos do porte do	SV	1	

	contratado. É condição para assinatura do contrato, a apresentação do contrato de locação ou título de posse ou propriedade do imóvel onde será realizado o evento.				
--	---	--	--	--	--

LOTE 2 – SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO

I T E M	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI- DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	Jardineira com 08 (oito) peças , contendo: 3½ (três e meia) dúzias de gérberas, 5 (cinco) florais, 5 (cinco) dúzias de rosas, 4 (quatro) molhos de áster e 4 (quatro) dúzias de boca de leão.	SV	1		
5	Arranjos para entrada do local da entrega dos Títulos e Diplomas e do salão de recepção , contendo em cada arranjo: 2 (duas) dúzias de gérberas, 2 (duas) dúzias de boca de leão, 3 (três) dúzias de rosas, áster, montados em colunas de vidro .	SV	5		
6	Arranjos para aparadores , contendo em cada: 2 (duas) dúzias de gérberas, 2 (duas) dúzias de boca de leão, 3 (três) dúzias de rosas, áster, montados em tulipas de vidro .	SV	2		
7	Arranjos baixos de mesa para convidados , contendo em cada: ½ (meia) dúzia de gérberas, 4 (quatro) rosas e áster branco e verde para composição.	SV	26		

DECLARAMOS que:

- 1) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor;
- 2) Nos valores acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, encargos, fretes, garantia e serviços de instalação, se for o caso, e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste edital, relativas ao objeto desta licitação.
- 3) O prazo e as condições de prestação de serviço e as condições de pagamento serão de acordo com o estipulado no Aviso e seus Anexos.

Congonhas, _____ de _____ de 2025

Representante Legal
Cargo/Função na Empresa

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO
DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO**

DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

A empresa _____ (razão social), devidamente inscrita sob o CNPJ nº _____ com sede na _____

(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto na lei 14.133/2021, e para os fins de cumprimento do exigido na **Dispensa Eletrônica nº. 21/2025**, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos. DECLARA, ainda, que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema Portal de Compras da Câmara Municipal de Congonhas/MG, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____, ____ de ____ de _____.

Representante Legal
Cargo/Função na Empresa

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

A empresa _____ (razão social), devidamente inscrita sob o CNPJ nº _____ com sede na _____

(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, declara, sob as penas da lei, que a referida empresa não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____. de _____. _____.

Representante Legal
Cargo/Função na Empresa

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

A empresa _____ (razão social), devidamente inscrita sob o CNPJ nº _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprego menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

Selecionar: SIM () NÃO ().

_____, ____ de _____ de _____.

**Representante Legal
Cargo/Função na Empresa**

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS
PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA OU REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A empresa _____ (razão social), devidamente inscrita sob o
CNPJ nº _____ com sede na _____
_____, (endereço completo), por intermédio de seu
representante legal, DECLARA, para fins do disposto neste Aviso de Contratação Direta, sob as
penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que atende à reserva de cargos
prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras
de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de
julho de 1991

_____, ____ de ____ de ____.

Representante Legal
Cargo/Função na Empresa

ANEXO VII - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Contratação direta

CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS/MG

(Processo Administrativo nº CMC-PAC-2025/00029)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE
CONGONHAS/MG E
.....

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Doutor Pacifico Homem Júnior, nº 82, Centro, nesta cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 21.300.413/0001-61, neste ato representada pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vereador Averaldo Pereira da Silva, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) à, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (*nome e função do responsável pelo contratado*), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº CMC-PAC-2025/00029 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica de Licitação nº 21/2025 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e estruturação de eventos (buffet, sonorização e fornecimento de local apropriado, incluindo toda mão de obra necessária) e de serviços de ornamentação, conforme especificações, para atender à solenidade “Cidadão Honorário e Honra ao Mérito” promovida pela Câmara Municipal de Congonhas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de dois meses contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$.....(.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/10/2025.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.10. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto:

12.8.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.8.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Congonhas para o exercício financeiro de 2025, na dotação abaixo discriminada:

Órgão:	001 – Câmara Municipal
Unidade Orçamentária:	001 – Gabinete e Secretaria da Câmara
Função:	01 – Legislativa
Subfunção:	031 – Ação Legislativa
Programa:	053– Ação legislativa
Projeto/Atividade:	4.006 – Homenagens a Vereadores, Servidores e Terceiros
Elemento de Despesa:	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso:	100 – Recurso Ordinário

13.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Congonhas/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.](#)

Congonhas, de de 2025

Sr. AVERALDO PEREIRA DA SILVA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS

Sr.
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-